



PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BORDA DA MATA- MINAS GERAIS
PROCESSO N. 192/2025¹
MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N. 045/2025

Ao(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a)

MADEIREIRA IRMÃOS RIBEIRO LTDA, regularmente inscrita no CNPJ: 15.088.056/0001 com endereço na Rua Caetano Vitor, n. 174 Bairro Várzea CEP37570-000 Ouro Fino Minas Gerais, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela **empresa MADEIREIRA BRAÚNA LTDA**, já devidamente qualificadas nos autos do certame licitatório do Pregão Presencial n. 045/2025 pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, conforme indicado expressamente no edital (item 1.) considera-se a aplicação da Lei 14.133/2021 ao presente certame. Diante disso, os prazos e procedimentos previstos pela lei devem ser aplicados ao presente ato licitatório, especialmente no que se refere aos prazos processuais.

¹ EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 085/2025



Conforme indicado expressamente na Lei 10.520/2022, art. 4º inciso XVII, cabe contrarrazões de recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis da data final do prazo da recorrente. Dessa forma, tendo em vista que o prazo para interpor recurso decorreu em 18.09.2025, o prazo final para apresentar contrarrazões seria 21/09/2025 que cairia em dia não útil, portanto o prazo final é dia 22.09.2025. Demonstrada, portanto, a tempestividade das contrarrazões.

2. DOS FATOS

A Recorrida ofertou a proposta mais vantajosa à administração pública referente ao pregão eletrônico 045/2025, cujo objeto diz respeito ao Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de madeiras e seus derivados.

Conforme consignado em ata da sessão do pregão realizada em 15/09/2025, a empresa recorrente manifestou intenção de recurso em face da suposta ilegalidade na decisão de habilitar a recorrida, apresentando suas razões em 18/09/2025, alegando necessária inabilitação da recorrida por apresentação extemporanea ou fora do prazo editalicio a Certidão Negativa de falencia e concordata.

3. DOS FUNDAMENTOS - DA CORRETA E NECESSÁRIA MANUTENMÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA MADEREIRA IRMÃOS RIBEIRO LTDA

A recorrente alega em suas razões que os valores dos serviços apresentados são irreais e fora do valor de mercado e que a recorrida deixou de cumprir rigorosamente as regras previstas no edital apresentando documentação irregular e incompleta, o que de forma alguma deve prosperar conforme adiante aduzido.

Inicialmente cumpre-nos refutaras alegações apostas em recurso, posto que a prova documental apresentada, é cabal para comprovar a regular habilitação da recorrida, posto que a Certidão Negativa de Falência e Concordata possui prazo de validade de 3 (três meses) da emissão conforme abaixo demonstrado recorte de parte do corpo da CND constante do acervo apresnetado no processo licitatório:



SEMAAN BOTELHO

ADVOCACIA & CONSULTORIA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MADEIREIRA IRMÃOS RIBEIRO LTDA
CNPJ: 15.088.056/0001-17

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

Ainda, referida certidão fora emitida em 15 de julho de 2025 com código de autenticação n. 2507-1509-3352-0883-5191, expirando sua validade apenas em outubro do corrente ano, não havendo qualquer empecilho a sua utilização para devida habilitação conforme pontualmente reconheceu o Ilustre Pregoeiro e aceite dos demais participantes.

Importa destacar ainda, o parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei do Simples Nacional) assegura às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) um prazo de cinco dias úteis para sanar restrições na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista após serem declaradas vencedoras de uma licitação, com a possibilidade de prorrogação por igual período a critério da administração pública.

Desse modo, ainda que se admitisse, apenas para argumentar a extemporaneidade da CND apresentada pela recorrida, tal circunstância não autoriza sua inabilitação, por constar do próprio edital que se houver qualquer pendência sanável, oportunizará o prazo de 05 dias para regularização, vejamos:

“9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes



remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.”

Além de todo acervo probatorio, urge ainda apontar que não há qualquer restrição a habilitação da recorrida, que mesmo diante da regularidade da CND apresentada, reforça a apresentação de nova CND atualizada conforme ainda, previsão editalícia:

“9.7. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69).

9.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no Máximo 30 (trinta) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de documentação, ou dentro do prazo de validade expresse na certidão;”

Ressalte-se ainda, que decidir por inabilitar a proposta mais vantajosa afrontaria os princípios basilares que regem as contratações públicas, notadamente os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade, elencados pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Não se pode admitir que a Administração, a pretexto de um formalismo exacerbado, deixe de contratar a proposta mais vantajosa, impondo ônus desnecessários ao erário. Sobre o tema, transcreve-se as lições de Jessé Torres Pereira Junior:

“O princípio da economicidade impõe que a Administração, entre as propostas aptas a satisfazer o interesse público, opte pela mais vantajosa, considerando todos os fatores relevantes, como preço, qualidade e rendimento.”
(Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública. 9ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 67)

É forçosa, ante todo o exposto, a rejeição do recurso de caráter meramente protelatório apresentado pela empresa recorrente, que se demonstra mero artifício para frustrar o resultado legítimo do processo licitatório. A tentativa de aposta nas razões de recurso, que seguem o caminho



da inabilitação por ausência de documento anexado e acolhido tanto pelo pregoeiro quanto pelos participantes é o último expediente do licitante perdedor, quando busca reverter o resultado da licitação cuja proposta vencedora não conseguiu superar.

A transparência durante todo o processo licitatório é fundamental para garantir a lisura das ações e assegurar que o interesse público esteja sempre em primeiro lugar, conforme doutrina:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse geral por meio da execução do contrato. A maior vantagem configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração, o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a administração pública” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 65)”

Com a inabilitação da empresa recorrida também se observaria a violação ao princípio da economicidade, ao ser desclassificada uma proposta de melhor custo-benefício e ser contratada uma empresa com preço elevadamente superior.

Sendo assim, não há qualquer fundamento para qualquer violação da RECORRIDA ao Edital, uma vez que, os preços praticados na proposta da recorrente são perfeitamente adequados e exequíveis, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado.

Nesse diapasão, é possível concluir com segurança que a RECORRIDA na data do certame possuía e possui todas as condições para ter sua habilitação declarada, considerando que apresentou todos documentos de habilitação e de comprovação de exequibilidade da proposta, motivo pela qual o



recurso da RECORRENTE não merecem prosperar.

4. DO PEDIDO

Diante de tudo o que foi exposto, requer:

a) Humildemente, o acolhimento das contrarrazões, e o **NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO**aviado pela Recorrente e que seja mantida a classificação da empresa **MADEIREIRA IRMÃOS RIBEIRO LTDA**, sob pena de violação aos Princípios Constitucionais e Administrativos;

Termos em que,

Renovando votos de estima e consideração

Pede deferimento

Ouro Fino, 22 de setembro de 2025

Madeira Irmãos Ribeiro LTDA